



1201
Hb

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE Lei Nº. 11/93

AUTOR: CHEFE DO EXECUTIVO

ASSUNTO: Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio

com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria

da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento

da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento

do Programa de Ação Cooperativa Estado-Municipal

para a construção e instalação de PAC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL
DE IBIÚNA-SP

Ofício GP 277/93.

000072 Ibiúna, 26 de abril de 1993

PROTOCOLO

Senhor Presidente

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei n.º 11/93

Recebido em 26 de 04 de 1993

Prazo vence em de de 1993

Recebido por

*Leia-se
em pessoa
cópia aos Edis
& as comissões.*

[Assinatura]
26-04-93

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação pelos componentes dessa augusta Casa de Leis, o anexo Projeto de Lei nº 203/93, que autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Estado, via Secretaria da Educação e F.D.E., objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares (PAC).

Tal Programa foi instituído pelo Sr. Governador do Estado pelo Decreto nº 36.546, de 15 de março de 1993, com o objetivo de contribuir para a expansão e a melhoria do ensino e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso à escola, assim como nela garantir sua permanência e progressão.

As obrigações dos convenientes encontram-se perfeitamente identificadas na minuta do convênio, que segue em anexo ao Projeto de Lei, bem como no Decreto, cuja cópia também anexamos.

A assinatura de tal ajuste, sem qualquer dúvida, irá efetivamente contribuir para a ampliação e melhoria de diversos estabelecimentos escolares dentro do Município de Ibiúna, razão pela qual, esperamos a aprovação desse projeto, possibilitando a inclusão de Ibiúna, imediatamente, na programação que ora está sendo elaborada pela Secretaria da Educação.

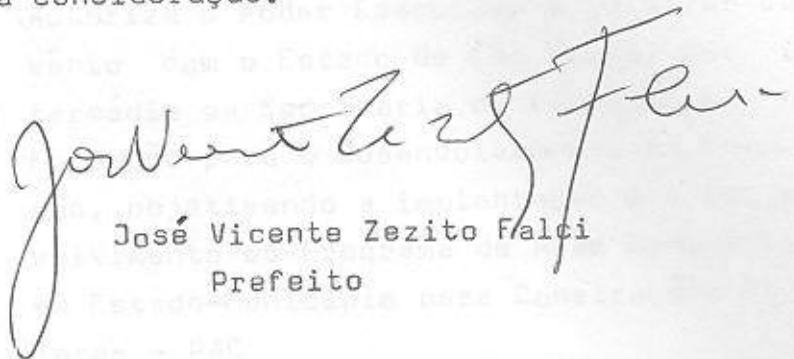
Pela importância do assunto, solicito a Vossa Excelência que o projeto seja apreciado no menor tempo previsto nas normas regimentais e Lei Orgânica do Município.

[Assinatura]

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência, extensivamente a seus pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



José Vicente Zezito Falci
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
FABIO BELLO DE OLIVEIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal
IBIUNA - SP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIÚNA

GABINETE DO PREFEITO

APROVADO
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
Em 07 de 05 de 1993
PRESIDENTE

1.º SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 283/93

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC

José Vicente Zezito Falci, Prefeito do Município de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Ibiúna aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

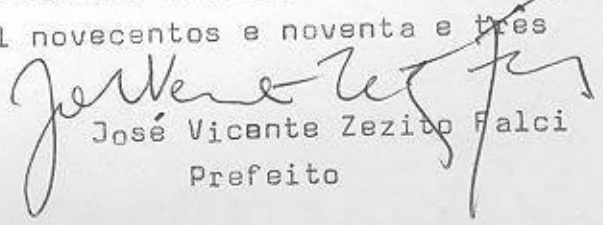
ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, envolvendo as áreas de construções e ampliações de prédios escolares estaduais.

ARTIGO 2º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do orçamento vigente.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibiúna, vinte e seis de abril de mil novecentos e noventa e três


José Vicente Zezito Falci
Prefeito

Anexo 6 - Modelo de Termo de Convênio:

TERMO DE CONVÊNIO celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO e o MUNICÍPIO DE _____, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC.

(PROCESSO Nº: _____).

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representada pelo seu Titular, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado nos termos do Decreto nº 36.546, de 15 de março de 1993, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, doravante denominada F.D.E., neste ato representada pelo seu Diretor Executivo, devidamente autorizado nos termos do Decreto nº 27.102, de 23 de junho de 1987 e do Decreto nº 36.546, de 15 de março de 1993, e o Município de _____, doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº _____, de _____ de 199____, têm entre si justo e acertado celebrar o presente Convênio, que estará sujeito às normas da Lei nº 6.544 de 22 de novembro de 1989, no que couber, com as Cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

Os Partícipes comprometem-se a executar, mediante mútua colaboração, a construção e/ou ampliação de prédio(s) escolar(es) estadual(ais) relacionado(s) na Cláusula Quarta, no Município de _____, respeitada a priorização das obras constantes do plano integrante do processo, que será definido em conjunto pelos Partícipes, respeitadas as diretrizes e normas pedagógicas da SECRETARIA, com orientação técnica da F.D.E..

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO PLANO DE OBRAS**

A SECRETARIA, a F.D.E. e o MUNICÍPIO, mediante ação conjunta, a partir do parecer apresentado pelos Responsáveis pela Educação no Município - REM, deverão estabelecer o plano de obras que fará parte integrante do Programa de Ação Cooperativa.

Fls. 6
§ 1º - O plano de obras será constituído por um conjunto de obras estaduais localizadas no *MUNICÍPIO*.

§ 2º - O plano será executado de acordo com a priorização estabelecida pelos Partícipes e segundo a disponibilidade financeira da *SECRETARIA*.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

I - OBRIGAÇÕES COMUNS:

- a). fazer cumprir o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, respeitando seus objetivos e suas particularidades;
- b). proporcionar, reciprocamente, facilidades para:
 - 1- adequada implantação e desenvolvimento do Programa;
 - 2- fluxo de dados e informações;
 - 3- apoio mútuo entre os Partícipes na utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis;
 - 4- supervisão da implantação, execução e avaliação do Programa objeto deste Convênio.

II - OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA:

- a). prestar orientação normativa na área administrativa;
- b). destinar recursos financeiros para a execução deste Convênio;
- c). acompanhar, avaliar e ajustar as atividades previstas neste Convênio;
- d). reservar em seu orçamento, nos exercícios subsequentes, os recursos para atender aos compromissos decorrentes deste Convênio.

III - OBRIGAÇÕES DA F.D.E.:

- a). prestar orientação técnica nas áreas de construção e ampliação de prédios escolares;
- b). garantir pessoal técnico necessário ao desenvolvimento das ações previstas no Programa, assegurando sua remuneração e demais obrigações correlatas, de acordo com as disposições legais e regulamentares vigentes;
- c). efetuar a análise técnica e avaliação dos custos por projeto;

16
T
f

d). acompanhar e controlar as obras em execução, através de vistorias mensais, com elaboração de relatórios de avaliação com vistas ao desenvolvimento do cronograma físico-financeiro e à liberação das parcelas previstas na Cláusula Sexta deste Termo;

e). acompanhar e avaliar as atividades previstas neste Convênio, respeitando o princípio de ação conjunta e cooperativa.

IV - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a). criar instrumentos legais e regulamentares, em nível municipal, que viabilizem a execução das Cláusulas deste Convênio e de seus Termos Aditivos;

b). assegurar pessoal necessário ao desenvolvimento das ações previstas no Programa objeto deste Convênio, observadas as disposições legais e regulamentares e respeitado o princípio de ação conjunta e cooperativa;

c). aplicar com critério e rigor, no âmbito de suas atribuições aqui conveniadas, os recursos Estaduais e Municipais alocados para a execução deste Convênio;

d). destinar recursos financeiros necessários à execução deste Convênio, conforme o cronograma de desembolso estabelecido;

e). permitir vistorias, a serem realizadas pela F.D.E.;

f). solicitar à *SECRETARIA* medições das obras em execução, a serem efetuadas pela F.D.E., com vistas à liberação de parcelas previstas na Cláusula Sexta deste Termo de Convênio;

g). reservar em seu orçamento, para os exercícios subsequentes, os recursos necessários para fazer face às despesas decorrentes deste Convênio;

h). prestar contas dos recursos recebidos através deste Convênio,

i). recolher ao Tesouro do Estado as importâncias não aplicadas, até o final do exercício, destinadas pela *SECRETARIA* à execução das obras.

R. 06
JUL

**CLÁUSULA QUARTA
DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO**

I - A execução do Convênio ficará a cargo dos órgãos da *SECRETARIA*, da *F.D.E.* e do *MUNICÍPIO* no âmbito de suas respectivas competências e atribuições.

II - Cada Partícipe se responsabilizará pela contratação que fizer, na forma da Lei.

III - Caberá ao *MUNICÍPIO* a administração financeira dos recursos que a *SECRETARIA* lhe destinar para a execução das obras.

IV - A(s) obra(s) abaixo relacionada(s), constantes do Plano de Obras que instrui o Processo, será(ão) realizada(s), no regime de execução direta e/ou indireta, atendendo às normas e padrões vigentes na *SECRETARIA*, mas sob inteira responsabilidade do *MUNICÍPIO*, que arcará com os ônus decorrentes, inclusive contra terceiros, bem como com todos os encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e legais advindos de sua execução, realizando, às suas expensas, os ensaios tecnológicos de concreto, aço e compactação de aterro, de acordo com as normas da ABNT:

DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	INTERVENÇÃO	VALOR
-------------	-------------	-------------	-------

**CLÁUSULA QUINTA
DOS RECURSOS FINANCEIROS**

I - O valor do presente convênio é de Cr\$, cabendo à *SECRETARIA DA EDUCAÇÃO* Cr\$ e ao *MUNICÍPIO* Cr\$ correndo a despesa da *SECRETARIA* , no montante de Cr\$ à conta do Elemento Econômico do orçamento vigente e o restante à conta dos exercícios futuros, conforme abaixo especificado:

I- Para a execução do presente Termo a *SECRETARIA* repassará para o *MUNICÍPIO*, durante o prazo previsto de execução da obra, recursos financeiros no(s) valor(es) a seguir discriminado(s) por obra, com indicação das Classificações Econômica e Funcional Programática, bem como da Unidade de Despesa:

- CONSTRUÇÃO:

C.E.:

C.F.P.:

U.D.:

Obra:

Denominação/Localização

Valor Cr\$

- AMPLIAÇÃO:

C.E.:

C.F.P.:

U.D.:

Obra:

Denominação/Localização

Valor Cr\$

Ks 04
R/L

II - Os recursos financeiros do *MUNICÍPIO*, no valor de Cr\$
(Municipal), onerarão o orçamento da Prefeitura

§ 1º - A movimentação dos recursos financeiros deste Termo será feita exclusivamente através da conta de crédito especial, aberta pelo *MUNICÍPIO*, junto

§ 2º - Para os próximos exercícios, durante a vigência deste Convênio, os Partícipes deverão assegurar em seus orçamentos os valores necessários à realização do objeto previsto neste Acordo.

§ 3º - Os recursos financeiros necessários à execução das demais obras previstas na cláusula quarta só serão repassados após a conclusão das obras priorizadas nesta cláusula.

§ 4º - Em casos excepcionais, poderá ser alterada a priorização estabelecida nesta cláusula, mediante parecer favorável do REM e aprovação prévia da SECRETARIA.

CLÁUSULA SEXTA DA FORMA DE TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS

A SECRETARIA efetuará repasses ao *MUNICÍPIO* dos recursos financeiros previstos neste Termo de Convênio, em 03 (três) parcelas:

- 1 - 50% do valor total no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura deste Termo;
- 2 - 40% do valor total, quando a obra atingir 50% de sua execução;
- 3 - 10% do valor total, quando a obra atingir 90% da sua execução.

§ 1º - O repasse da 2ª parcela dependerá da solicitação de medição por parte do *MUNICÍPIO* e do resultado da medição que será efetuada pela F.D.E.

§ 2º - O repasse da 3ª parcela dependerá da solicitação de medição por parte do *MUNICÍPIO* e do resultado de medição que será efetuada pela F.D.E.

§ 3º - A inobservância dos prazos estipulados no cronograma físico da obra, parte integrante do processo, dará à SECRETARIA a possibilidade de obstar os repasses de recursos previstos e rescindir o presente Termo.

Rs 10
At

CLÁUSULA SÉTIMA
DA SUPLEMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Ocorrendo a necessidade e havendo disponibilidade financeira, a **SECRETARIA** e o **MUNICÍPIO** se obrigam a suplementar o valor deste Convênio, através de Termos de Aditamento, firmados entre os signatários e observado, como limite, o parâmetro estabelecido pela F.D.E. relativamente à variação do custo do metro quadrado da construção e atendidas as normas legais e regulamentares pertinentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para efeito de cálculo do valor da suplementação, considera-se a variação do custo do metro quadrado da construção escolar apurado pela F.D.E., no período compreendido entre o mês da assinatura do Termo de Convênio e o mês da assinatura do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA OITAVA
DAS MODIFICAÇÕES NO PROJETO

O **MUNICÍPIO** somente poderá introduzir modificações no Projeto ou Especificações, desde que as mesmas sejam previamente aprovadas pela F.D.E. e pela **SECRETARIA**, devendo estas seguirem o padrão construtivo do prédio.

CLÁUSULA NONA
DAS ALTERAÇÕES

O presente Convênio poderá ser reformulado ou alterado pelos signatários mediante Termos Aditivos, tendo em vista a conveniência e interesse dos Partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA DIVULGAÇÃO

O **MUNICÍPIO** deverá promover a divulgação deste Termo (objeto, valor, prazos, etc.) para toda comunidade local, através dos principais meios de comunicação do **MUNICÍPIO** e, pela mesma razão, confeccionar e manter na obra, em local visível, placa com os dados da mesma, de acordo com modelo fornecido pela **SECRETARIA**.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vigência dos Termos Aditivos será a partir da data da assinatura do Termo de Convênio ao qual se vincula.

M

123/11
RG

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO ENCERRAMENTO**

Concluídos todos os serviços, deverão ser apresentados à
SECRETARIA:

- 1- Relatório circunstanciado de responsabilidade do profissional a que se refere a letra "e", item IV, da Cláusula Terceira deste Convênio.
- 2- Relatório da vistoria realizada pela F.D.E..
- 3- Pelo **MUNICÍPIO**, Certidão Negativa de Débito - C.N.D., junto ao INSS, ou declaração de que não recolhe IAPAS.
- 4- Prestação de contas por parte do **MUNICÍPIO**, nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de obra nova deverá ser feita a entrega da chave à Delegacia de Ensino competente, que deverá lavrar o Termo de Recebimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas dos recursos financeiros deverá ser feita nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

No caso de aplicação indevida da verba consignada pela **SECRETARIA**, será exigida sua devolução, acrescida de juros e correção monetária.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA**

O presente Convênio terá a duração de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente até o limite de 05 (cinco) anos, caso não haja manifestação em contrário, até 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, por nenhum dos Partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vigência dos Termos Aditivos será a partir da data de assinatura até o limite da vigência do Convênio ao qual se vincula.

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS

1º _____

2º _____

M

12

II - O Convênio poderá ser rescindido por infração legal ou convencional, respondendo pelas perdas e danos o Partícipe que lhes der causa.

§ 1º - Em caso de denúncia ou rescisão deste Convênio, a **SECRETARIA** entrará imediatamente na posse da(s) obra(s), dos materiais e demais elementos necessários à continuidade dos serviços, cabendo ao **MUNICÍPIO**, posteriormente, o ressarcimento devido mediante acerto de contas e observados os preços conveniados.

DOS CASOS OMISSOS

CLAUSULA DECIMA-SESTA
DO FORO

resultantes da execução deste Convênio, apóse

vias de igual teor na presença das testemunhas locais.

São Paulo, de _____ de 1993.

~~SECRET EXECUTIVO DA EDE~~

Assinatura do(a) _____

—PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

1st _____
2nd _____

DECRETO Nº 36.546, de 15 de março de 1993.

Institui o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em face de Exposição de Motivos do Secretário da Educação,

Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 211, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino;

Considerando que os problemas vividos pelo sistema oficial de educação do Estado devem ser enfrentados pela ação cooperativa das três esferas da Administração Pública;

Considerando a importância da participação da Comunidade no equacionamento e na resolução dos problemas vivenciados no seu Município;

Considerando que a ampliação do atendimento ao alunado é também responsabilidade do Estado;

Considerando que o Estado deve participar do esforço cooperativo para criar condições reais para melhorar o atendimento da clientela escolar;

Considerando que a ação integrada Estado-Município poderá racionalizar a aplicação dos seus recursos na escola pública, em razão da maior agilidade na identificação dos problemas, proposição de soluções e tomada de decisão em nível local;

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica instituído o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, com o objetivo de contribuir para a expansão e melhoria do ensino e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso à escola, assim como nela garantir sua permanência e progressão.

ARTIGO 2º - O PAC será desenvolvido pela ação integrada do Governo do Estado com as Prefeituras, em regime de trabalho solidário no emprego dos recursos para a melhoria da escola pública.

ARTIGO 3º - Para a implantação e desenvolvimento do PAC fica o Secretário da Educação autorizado a celebrar Convênios nos termos do modelo anexo ao presente Decreto.

§ 1º - Os projetos referentes às obras constantes dos Termos de Convênio, fornecidos pela F.D.E. ou elaborados pelas Prefeituras Municipais sob a orientação técnica da F.D.E., deverão ter aprovação prévia da Fundação.

§ 2º - Além da documentação legalmente exigida, os pedidos de celebração de Convênio, obrigatoriamente, deverão estar acompanhados de:

- 14
H
- CÂMARA MUNICIPAL DE IBIRÁ
- 1). relação nominal dos responsáveis pela Educação no Município - REM;
 - 2). parecer do REM;
 - 3). projeto (s) da (s) obra (s) a ser (em) realizada (s), incluindo cronograma físico, memorial descritivo e orçamento detalhado;
 - 4). cópia da Lei Municipal autorizando a celebração do Convênio;
 - 5). cópia da escritura de doação do terreno que poderá estar vinculada à construção de prédio escolar, nos termos deste Decreto.
 - 6). indicação pela F.D.E. do profissional responsável pela fiscalização da execução das obras;
 - 7). indicação pela Prefeitura do profissional responsável pelas obras em nível municipal.

ARTIGO 4º - A Secretaria da Educação, na execução do PAC, poderá, sempre que conveniente, desenvolver ações integradas com outras Secretarias de Estado e com Órgãos Federais.

ARTIGO 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 30.375/89, respeitado o término de vigência dos Convênios celebrados nos termos do mesmo.

Palácio dos Bandeirantes, 15 de março de 1993.

LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO

FERNANDO GOMES DE MORAIS - Secretário da Educação

CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA - Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 15 de março de 1993.

00



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls. 13

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 11/93 de autoria do Chefe do Executivo deu entrada na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 26 p. passado, e lido no expediente da Sessão Ordinária da mesma data.

Certifico mais, conforme despacho do Sr. Presidente foram extraídas e entregues fotocópias aos Srs. Vereadores e às Comissões para exararem parecer.

Ibiúna, 27 de abril de 1993.

Amauri Gabriel Vieira
Diretor de Divisão do Procs. Legislativo

parágrafo

Artigo..... Toda a obra concernente ao Convênio ou Autivo referidos no artigo primeiro, deverá ser informada pelo Poder Executivo a Câmara Municipal, além da informação à Comunidade, conforme cláusula básica do mesmo Convênio.

§ Único - Fica facultada a Câmara Municipal o direito de nomear comissão para acompanhamento e fiscalização de qualquer obra oriunda do Convênio, devendo esta Comissão ser representada por todos os partidos, sem representação na Casa em igualdade de condições.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1993

José Alberto Fernandes Borges
JOSE ALBERTO FERNANDES BORGES
VEREADOR

RECEBIDO

Ca. 11/93
Ex. 04
27/04/93
SECRETARIA

13 vol. contendo
01 vol. favorável



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

José Altemio Fernandes Borges
VEREADOR

Lido em Sessão.

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 11/93

Junte-se ao Projeto
original.

Nº. 01/93

Cópias aos Srs. Edís.

Às Comissões.

Ibiúna, 04 de maio de 1993.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a proposta de Lei 11/93,

Acrecente-se onde couber o seguinte artigo e
parágrafo único.

Artigo.....- Toda a obra concernente ao Convênio
ou Aditivo referidos no artigo primeiro, deverá ser infor-
mada pelo Poder Executivo a Câmara Municipal, além da infor-
mação a Comunidade, conforme cláusula décima do mesmo Con-
vênio.

§ Único - Fica facultado a Câmara Municipal o
direito de nomear comissão para acompanhamento e fiscaliza-
ção de qualquer obra oriunda do Convênio, devendo esta Comis-
são ser representada por todas os partidos com representa-
ção na Casa em igualdade de condições.

Sala das Sessões, 26 de abril de
1.993

REJEITADO

Câmara Municipal de Ibiúna

EM 07 de 05 de 1993

PRIMEIRO SECRETÁRIO

JOSÉ ALTEMIO FERNANDES BORGES

VEREADOR

13 votos contrário
04 votos FAVORÁVEL.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

José Altemio Fernandes Borges
VEREADOR

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 11/93

ORIGEM: - CHEFE DO EXECUTIVO

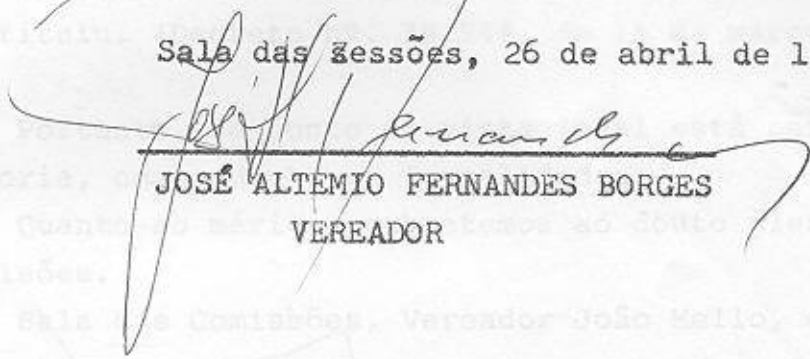
PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATOR: - VEREADOR JONAS DE CAMPOS

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a emenda ao projeto 11/93, pelo motivo de conforme o desenvolvimento das obras conveniadas, os vereadores estarão sempre informados de seu conteúdo, podendo inclusive auxiliar no que necessário, não conflitando com o Poder executivo.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1.993


JOSÉ ALTEMIO FERNANDES BORGES
VEREADOR

Jonas de Campos

Relator - Pres. Comissão de Justiça e Redação

Juracy Florêncio Pinto - Vice-Presidente

Odilon Pires de Oliveira - Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

FL. 16
Ade

Comissões

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 11/93

AUTORIA:- CHEFE DO EXECUTIVO

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATOR:- VEREADOR JONAS DE CAMPOS

Trata o presente Projeto de Lei de autoria do Executivo, de obtenção de autorização legislativa para a celebração de convênio com o Estado, via Secretaria da Educação e F.D.E., objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para construções escolares (P.A.C.).

Em atenção, a recomendação legal, tal projeto faz-se acompanhar de minuta do convênio a ser celebrado, bem como do decreto que o instituiu. (Decreto nº. 36.546, de 15 de março de 1993).

Portanto, do ponto de vista legal está perfeito quer quanto a autoria, como quanto as formalidades.

Quanto ao mérito, submetemos ao douto plenário, soberano em suas decisões.

Sala das Comissões, Vereador João Mello, em 30 de abril de 1993.

Jonas de Campos

Relator - Pres. Comissão de Justiça e Redação

Juracy Florencio Pinto - Vice-Presidente

Odilon Pires de Oliveira - Membro.



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 11/93 recebeu a Emenda da Aditiva nº. 01/93, de autoria do Nobre Vereador José Altemio Fernandes Borges, no expediente da Sessão Ordinária do dia 03 p. passado, e também o parecer da Comissão de Justiça e Redação.

Certifico mais, conforme despacho do Sr. Presidente foram extraídas fotocópias aos Srs. Vereadores da Emenda Aditiva nº. 01/93, e encaminhado novamente o Projeto de Lei nº. 11/93, bem como a Emenda nº. 01/93 à Comissão de Justiça e Redação para receber parecer sobre a Emenda apresentada.

Ibiúna, 04 de maio de 1993.

Amador Gabriel Vieira
Diretor de Divisão do Procs. Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÕES

PROJETO DE LEI Nº. 11/93

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO A EMENDA ADITIVA Nº. 01/93
DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ ALTEMIO FERNANDES BORGES.

RELATOR:- VEREADOR JONAS DE CAMPOS.

A emenda apresentada, quanto a forma é legal e constitucional, pois foi apresentada no prazo regimental, e vem acompanhada da sua justificativa, quanto ao mérito.

Ao plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

Sala das Comissões Vereador João Mello
em 06 de maio de 1993.

Jonas de Campos

Relator - Pres. Comissão de Justiça e Redação

Juracy Florencio Pinto - Vice-Presidente

Odilon Pires de Oliveira - Membro.

Aparício Soares Carvalho - Membro

Odilon Pires de Oliveira

Pres. Comissão da Educação, Saúde e Assistência Social

Paulo Dias da Moraes - Vice-Presidente

Duval Pires de Camargo - Membro.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÕES

PROJETO DE LEI Nº. 11/93 E EMENDA ADITIVA Nº. 01/93

PARECER CONJUNTO

RELATOR:- VEREADOR SATIO TERAMAE

O Projeto de Lei nº. 11/93, bem como a emenda aditiva, sob o aspecto financeiro e orçamentário, estão aptos a de liberação pelo Douto plenário que é soberano em suas decisões.

Quanto a Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, também emiti parecer pela tramitação regimental, tanto do projeto, como da emenda aditiva.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, Vereador João Mello, em 07 de maio de 1993.

Satio Teramae
Satio Teramae

Relator - Pres. Comissão de Finanças e Orçamento

Durval Pires de Camargo
Durval Pires de Camargo - Vice-Presidente

Aparício Soares Carvalho
Aparício Soares Carvalho - Membro

Odilon Pires de Oliveira
Odilon Pires de Oliveira

Pres. Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Paulo Dias de Moraes
Paulo Dias de Moraes - Vice-Presidente

Durval Pires de Camargo
Durval Pires de Camargo - Membro.

Odilon Pires de Oliveira
ODILON PIRES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

Aparício Soares Carvalho
APARÍCIO SOARES CARVALHO
1º SECRETÁRIO

Odilon Pires de Oliveira
ODILON PIRES DE OLIVEIRA
2º SECRETÁRIO



GABINETE

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 09/93

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC.

JOSÉ VICENTE ZEZITO FALCI, Prefeito do Município de Ibiúna, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º.- Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, objetivando a implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares - PAC, envolvendo as áreas de construções e ampliações de prédios escolares estaduais.

ARTIGO 2º.- Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º.- As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações do orçamento vigente.

ARTIGO 4º.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA, AOS 07 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 1993.

FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

APARÍCIO SOARES CARVALHO
1º SECRETÁRIO

JAIR CARDOSO DE OLIVEIRA
2º SECRETÁRIO.-



SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

124
A. J.

CERTIDÃO:

Certifico que a Emenda Aditiva nº. 01/93 ao Projeto de Lei nº. 11/93 recebeu parecer da Comissão de Justiça e Redação na Sessão Extraordinária convocada regimentalmente do dia 07 p. passado, e também o parecer conjunto das Comissões de Finanças e Orçamento; e Educação, Saúde e Assistência Social ao Projeto de Lei nº. 11/93, bem como a Emenda Aditiva nº. 01/93.

Certifico mais, colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº. 11/93 na Ordem do Dia da mesma Sessão Extraordinária, salvo a Emenda Aditiva nº. 01/93, foi aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores.

Certifico ainda que colocada em discussão e votação a Emenda Aditiva nº. 01/93 foi rejeitada por treze votos contrários e quatro favoráveis dos Vereadores Ivo Irineu Soares de Campos, Roque José Pereira, José Altemio Fernandes Borges e Elizeu Dias de Oliveira.

Certifico finalmente, que em face da aprovação foi expedido o Autógrafo de Lei nº. 09/93, encaminhado através do Ofício GPC nº. 246/93 da presente data.
Ibiúna, 07 de maio de 1993.

Amauri Gabriel Vieira
Diretor da Divisão do Procs. Legislativo